

Dificuldades na construção da greve



ADRIANA GARCIA

João Batista Paiva argumenta contra o indicativo de greve

Existe uma percepção que parece consensual entre os professores: o tratamento que o governo Lula dá aos servidores federais está muito aquém do que se desejaria. Existem defasagens salariais que remontam há décadas e que jamais foram tratadas pelos atuais mandatários do Executivo. As reposições das perdas a partir de 2003 têm sido obtidas somente através de greve. Além de uma reforma previdenciária feita de cima para baixo, outros projetos têm caído de pára-quadras, como o da reforma universitária, a criação do professor associado e agora o do professor equivalente. Se não bastasse isso, a previsão de um congelamento salarial por 10 anos para o setor público indica que se chegou ao limite. Entretanto, mesmo com todo esse quadro, a adesão a uma greve, que barre as intenções governamentais ainda está distante. Foi o que demonstrou a assembléia chamada pela SEDUFSM, no dia 17 de julho, em que apenas 15 professores compareceram.

O baixo quórum foi um dos motivos pelos quais a maioria dos participantes votou contra o "indicativo de greve sem data", aprovado na reunião do setor das federais do ANDES, ocorrida

em Brasília, no dia 1º de julho. Dos 15 presentes, 10 votaram contra o indicativo e cinco foram favoráveis. Na plenária do dia 17, no auditório Sérgio Pires, o professor Diorge Konrad apresentou algumas questões da pauta de reivindicações que foram apresentadas aos Ministérios da Educação e também ao do Planejamento. O presidente da seção sindical argumentou a posição da diretoria, que era de primeiramente unir e mobilizar a categoria docente para uma greve.

A indisposição contra uma paralisação foi defendida pelos professores Clóvis Guterres, do departamento de Fundamentos da Educação e João Batista Paiva, do departamento de Hidráulica e Saneamento. Eles se manifestaram dizendo que não havia condições de se fazer uma greve na UFSM pelo fato de a instituição estar desmobilizada. De acordo com Paiva, se houvesse a aceitação do indicativo, os docentes "agiriam passivamente, como na última greve". Guterres disse que é a favor do instrumento de greve, mas acha que os professores não estão interessados e permanecem indiferentes às reivindicações do conjunto da categoria.

Docentes mantêm posição em São Luís

Na reunião do setor das federais do ANDES-SN, na quarta, 25 de julho, em São Luís (MA), a aprovação do *Indicativo de Greve sem data*, a partir das decisões de base (no interior das universidades) foi derrotada. Houve 12 votos contra o indicativo, cinco favoráveis, 11 não tinham tido condições de deliberar sobre o tema em suas bases, além da informação de que duas seções sindicais não haviam realizado assembléias.

Mesmo diante desse quadro, as lideranças do Movimento Docente consideraram que não é possível capitular. Uma nova discussão foi realizada e a definição foi de que se fará uma ação de mobilização nas universidades para tentar construir a greve. Nessa proposta votou a maioria (14), uma outra parte foi a favor de construir um processo de mobilização sem antecipar a greve (06) e houve ainda quatro (04) abstenções. Conforme o presidente da SEDUFSM, Diorge Konrad, uma nova rodada de assembléias gerais deve ocorrer nas IFES nas próximas semanas, que tirará posição para outra reunião do setor das IFES marcada para o dia 25 de agosto. Também se tem expectativa para uma reunião de negociação com o governo ainda na primeira quinzena de agosto.

ADRIANA GARCIA



Namar Franco, 23 anos, acadêmico do curso de Administração do CESNORS, em Palmeira das Missões

"Os professores têm motivos fortes para fazer paralisações e também para levar as idéias deles aos seus representantes. Em Palmeira das Missões (CESNORS), pelo que nós conversamos com os professores a questão não é tanto salarial, mas a estrutura de trabalho. Eles precisam de mais condições. Acredito que são motivos diferentes dos da UFSM, por exemplo. Nós, como alunos, enfrentamos uma dificuldade muito grande de pesquisa e também de espaço físico. Nós já conversamos sobre isso com os professores, e constatamos que é necessária a construção de mais um prédio, também verba para material de pesquisa. Isso infelizmente não está vindo e pode ser motivo para greve".

Fotos: FRITZ NUNES

Luciana Zago Ethur, 36 anos, professora do departamento didático de Ciências Agrárias da Unipampa, em Itaqui.

"Motivos certamente têm. Nós sentimos, mesmo sendo professores universitários recentes, uma defasagem salarial. A questão de o governo ter criado o professor-equivalente e como parte de uma extensão, da implantação de uma nova universidade, nós sentimos problemas com relação à questão docente. Agora, não sei se a greve seria uma alternativa viável no momento".



Laura Fonseca, 45 anos, professora do Curso de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da Unipampa, em São Borja.

"Sim. Há vários motivos, não só de ordem econômica, mas por todo processo de redefinição dos rumos futuros da Universidade que estão sendo gestados sem a devida participação e coletivização, contando com a contribuição dos docentes".

ELES DISSERAM

"Qualquer vôo que passar em congonhas, quem não tiver bilhete e quiser comprá-lo, não poderá fazê-lo mais". (Presidente da Anac, Milton Zuanazzi, ao garantir o retorno à normalidade do fluxo aéreo em 24 ou 48 horas. Zero Hora do dia 25 de julho de 2007).

"A morte de Antonio Carlos Magalhães não significa que a corrente política formada em torno do senador, chamada de 'carlista', esteja perto da extinção". (Paulo Fábio Dantas Neto, cientista político, professor da UFBA e autor do livro 'Tradição autocracia e carisma: A política de Antonio Carlos Magalhães'. Na Folha de São Paulo do dia 22 de julho de 2007).

"Aqui a parte é do ministro, quem manda é o ministro". (Nelson Jobim, novo ministro da Defesa do governo Lula, na Zero Hora de 26 de julho de 2007)